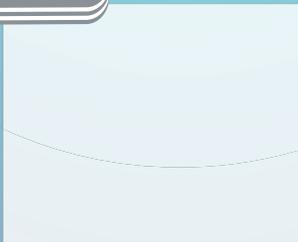


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699



MAIS GOIÁS (11/03)



Relator da CPI dos Incentivos diz que é melhor revisar benefícios que aderir ao RRF

"Estado não suporta mais abrir mão de tanta receita", afirma o deputado Humberto Aidar

Para o deputado estadual Humberto Aidar (MDB), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Incentivos Fiscais da Assembleia Legislativa (Alego), é melhor o Estado chamar os grandes grupos econômicos e revisar os benefícios fiscais do que aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). "Falando em RRF, o Rio de Janeiro aderiu e não adiantou nada", disse ele ao citar, ainda, que Goiás abre mão de uma receita de mais de bilhões em créditos.

"Mesmo considerando a renúncia líquida do ano de 2016, de quase R\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais), constata-se que esta corresponde a cerca de 30% (trinta por cento) do total da receita arrecadada pelo Estado de Goiás naquele exercício, média percentual essa que vem se mantendo nos anos subsequentes e que se manteve também em exercícios anteriores, conforme apontado pelo TCE/GO nos relatórios da unidade técnica e em alguns pareceres prévios de análise das contas de governo (a exemplo do parecer sobre as contas de 2018)", aponta trecho do relatório apresentado e aprovado, na terça-feira (10), por Humberto Aidar.

Segundo ele, o Estado precisa ter a coragem de chamar grandes empresários e fazer um ajuste para Goiás não entrar em calamidade. "Um Estado quebrado dando essa renúncia é quase como exigir de um paciente com insuficiência renal na UTI fazer doação de sangue", exemplifica e continua: "Goiás está quebrado e não culpo um ou outro governo. No País, o governo federal pega muito dos Estados e entrega muito pouco, além de cobrar juros exorbitantes [das dívidas]."

Para ele, o que existe de palpável é uma dívida impagável, mas que Goiás conseguiria pagar tirando de quem pode contribuir: as grandes indústrias e grandes empresários. "O Estado não suporta mais abrir mão de tanta receita."

Cita-se que o RRF permite que os Estados fiquem até seis anos sem pagar seus débitos com a União e ainda recebam aval do Tesouro Nacional para contratar novos empréstimos com aval do governo federal. No fim de janeiro, o governador chegou a dizer que não havia saída financeira para Goiás a não ser o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal do governo federal.

Posteriormente, em meados de fevereiro, o presidente da Alego, Lissauer Vieira (PSB), defendeu um novo pedido junto ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, para prorrogação de liminar que autorizou a suspensão do pagamento da dívida do Estado junto a bancos públicos federais e ao Tesouro Nacional - esta vence em 6 de abril.

"A única saída para Goiás não ficar num caos total e ficar na dificuldade de pagamento, inclusive dos servidores, é prorrogar essa liminar. Acho que com as medidas que foram tomadas no final do ano, com a aquiescência do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia e eles entendendo que Goiás tem feito o dever de casa, nós conseguiremos com tranquilidade prorrogar por mais um tempo a suspensão das dívidas. Aí sim, dar mais um fôlego em relação a essas matérias", destacou como medida para evitar o ingresso no RRF, já neste momento.

Na terça-feira (10), o relator Humberto Aidar apresentou um relatório de mais de 500 páginas com as conclusões da CPI dos Incentivos Fiscais, que teve início em março de 2019. Entre os destaques do parecer, o deputado criticou a política de contrapartida, que foi insignificante, no período analisado (2014-2018).

"Dos R\$ 4 bilhões fruídos anualmente, apenas R\$ 65 milhões foram investidos em contrapartida. No período, foram R\$ 20 bilhões para R\$ 65 milhões, ou seja, 2% de contrapartida", disse Aidar ao lembrar que as empresas sempre mencionavam nas oitivas da comissão as "contrapartidas".

Além disso, em outro momento, o deputado informou que houve casos de empregos, das empresas beneficiadas pelos créditos fiscais, que custaram entre R\$ 20 mil e R\$ 833 mil. Em sua fala, ele dividiu três modalidades: a geração individual custando entre R\$ 30 e R\$ 83 mil; de R\$ 83 mil a R\$ 833; e situações superiores a R\$ 833.

Também foi apontado que a média recolhida de ICMS de todos que receberam benefícios foi de 2,81%, enquanto outras, sem essas renúncias, pagariam cerca de 8% ou 9%, segundo o relator. O Estado, de acordo com ele, literalmente paga para algumas empresas existirem. "E praticamente inexistente fiscalização in loco para verificar se produtos e serviços a título de investimentos foram aplicados", destacou.

Ao fim do relatório, Aidar sugeriu uma série de providências. "A conclusão imperiosa a que se chega é que todos os Poderes e órgãos constitucionais autônomos do Estado de Goiás devem unir esforços, em plena sinergia, para desenhar uma verdadeira política estadual de incentivos fiscais, com a mais absoluta transparência, além de aprimorar processos e técnicas de fiscalização e controle no tocante à concessão e fruição desses incentivos, respeitadas as competências de ente."

Para o Poder Executivo, ele sugere a "abstenção imediata, por parte do Governador do Estado de Goiás e do titular da pasta da Economia, da edição de decretos que versem sobre a concessão, ampliação ou prorrogação de incentivos fiscais do ICMS sem prévia lei específica"; bem como "revisão de todos os Tare's (Termo de Acordo de Regime Especial) relativos a incentivos fiscais"; bem medidas de transparência e cooperação entre os demais poderes.

Ao Poder Legislativo, foi solicitado uma série de alterações de leis, além de "realizar acompanhamento anual da situação dos incentivos fiscais no Estado de Goiás, inclusive com a elaboração de relatório anual"; etc. Ao Ministério Público do Estado (MP-GO), por sua vez, "acompanhar e fiscalizar o estrito cumprimento das recomendações direcionadas ao Poder Executivo"; "instaurar inquéritos civis públicos para apurar eventuais responsabilidades de gestores e a real situação econômica das empresas citadas no relatório; e mais.

Também foram colocadas providências para a Controladoria Geral do Estado (CGE-GO) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO). O relatório poder conferido na íntegra, AQUI.



Aidar pede "novo começo" para a política de incentivos fiscais no Estado

"Peço uma revisão de todos os contratos, de todos os TARE'S, e que eles sejam públicos", detalha Aidar

Foto: Reprodução/Alego

O relatório final da CPI dos Incentivos Fiscais apresentado nesta terça-feira, 10, pelo deputado Humberto Aidar (MDB) contempla uma série de recomendações a Poderes e órgãos autônomos para que estes auxiliem na construção de um "novo começo" para a política de incentivos fiscais no Estado de Goiás.

Ao Executivo, o relator sugere, no âmbito dos Programas Fomentar e Produzir, a abstenção imediata, por parte do governador do Estado da titular da pasta da Economia, da edição de decretos que versem sobre a concessão, ampliação ou prorrogação de incentivos fiscais do ICMS sem prévia lei específica, ainda que aprovados previamente em convênios celebrados no âmbito do Confaz.

No documento, ele ressalta ainda que tal lei deve tratar do cumprimento dos requisitos e condições previstas no art. 14 da LRF e nas demais normas aplicáveis; a projeção de empregos, diretos e indiretos, investimentos e demais contrapartidas esperadas dos segmentos econômicos a serem beneficiados; e manifestação da PGE/GO para verificação dos requisitos constitucionais e legais.

O relatório também recomenda a criação de projeto de lei no intuito de suprimir completamente a participação da GoiásFomento na operacionalização dos Programas Fomentar e Produzir, por agregar significativa e desnecessária complexidade e burocratização ao processo.

Consolidação dos incentivos fiscais

Outra sugestão é a vedação da utilização de créditos outorgados transferidos para a quitação de dívidas tributárias, em projetos de lei que versem sobre programas de remissão, anistia e outros de regularização fiscal. Aidar também pede que seja encaminhado, até outubro de 2020, projeto de lei de consolidação dos incentivos fiscais atualmente previstos em leis esparsas e no RCTE/GO.

O relatório também pede que seja criada uma força-tarefa no sentido de apurar os valores de incentivos fiscais irregularmente concedidos e/ou fruídos no período objeto de investigação desta CPI (2014 a 2018), acrescido do ano de 2019, e adotar as providências pertinentes que o caso requerer para a devida cobrança e

Nomeação de concursados

Aidar solicita a nomeação de todos os 120 candidatos aprovados no concurso público para o fisco goiano, regido pelo Edital nº 001/2018, incluídos nesse número os aprovados no cadastro de reserva e os candidatos com deficiência, certame esse realizado pela Fundação Carlos Chagas - FCC e com resultado homologado em 17/12/2018, para reforçar o quadro de pessoal do fisco para o cumprimento das recomendações anteriores e demais atividades de fiscalização, detectadas como ineficientes por esta CPI.

No âmbito ambiental, o relatório sugere a implantação de um sistema integrado pelo qual se possa acompanhar, em tempo real, a existência de autuações e condenações ambientais em desfavor das empresas beneficiárias de incentivos fiscais no Estado de Goiás e também a situação das respectivas licenças ambientais. Pede, ainda, a suspensão de contratos das empresas inscritas nos Programas Fomentar/Produzir autuadas por infração ambiental sem prejuízo das demais penalidades aplicadas e da revogação do contrato e TARE firmados.

Também requer a suspensão dos TARE's das 100 maiores beneficiadas por incentivos fiscais no Estado de Goiás que tenham esgotado apenas crédito outorgado e condenadas por infração ambiental, suspensão essa pelo período mínimo de dois meses, duplicado a cada reincidência, além da revogação dos TARE's de todos os CNPJ's da JBS S/A.

Auditorias

No âmbito da cooperação com os demais Poderes e órgãos constitucionais autônomos destaca-se a necessidade de implantação de sistemas e programas de integridade (compliance) público no âmbito dos incentivos fiscais de ICMS, a fim de detectar situações suspeitas e alertar as autoridades competentes para adoção de procedimentos de revisão e de conferência das auditorias consideradas "fora do padrão".

Ao Legislativo, especificamente, sugere a apresentação e aprovação de projetos de lei visando à alteração imediata de dispositivos do CTE/GO, notadamente o art. 40, de modo a tornar mais clara a exigência constitucional de lei específica para concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS no Estado de Goiás;

O relator defende a importância de um acompanhamento da situação dos incentivos fiscais no Estado de Goiás, inclusive com a elaboração de relatório anual, por meio da criação de subcomissão permanente, no âmbito da CTFO, ou mediante a fiscalização direta desta, devendo todos os Poderes e órgãos autônomos do Estado de Goiás atender às requisições efetuadas.

Intensificação das ações de fiscalização e controle

À CGE-GO e TCE-GO, a CPI solicita a intensificação das ações de fiscalização e controle de incentivos fiscais concedidos pelo Estado de Goiás, em constante articulação e diálogo institucional entre si, atendendo especialmente para os achados apontados neste relatório. Sendo priorizadas auditorias sobre as 100 maiores beneficiárias de incentivos fiscais no Estado de Goiás no período objeto de apuração desta CPI (2014 a 2018), acrescido do exercício de 2019

Ao MP-GO, o relatório recomenda o acompanhamento e fiscalização do estrito cumprimento das recomendações direcionadas ao Poder Executivo; instauração de inquéritos civis público para apurar eventuais responsabilidades de gestores dos programas Fomentar e Produzir; eventual infringência do inciso IV do art. 2º da Lei n. 8.137/1990, por não aplicação adequada dos recursos oriundos de incentivo; a real situação econômica das empresas com indícios de aplicação indevida dos recursos oriundos de incentivos fiscais e grave prejuízo ao erário estadual; entre outras situações.

Em relação à transparência é sugerida a publicação, no Portal da Transparência, do inteiro teor de todos os TARE's e instrumentos congêneres, tendo em vista a inaplicabilidade do sigilo fiscal, a insuficiência do resumo publicado para bem exprimir o teor dos TARE's e a preponderância do interesse público e coletivo envolvido, para fins de controle interno e externo, inclusive social.

"Uma das principais recomendações do nosso relatório é amarrar as contrapartidas, o Estado não pode conceder incoativos sem contrapartida, até porque os recursos não pertencem ao Estado. Ele é do povo". Peço uma revisão de todos os contratos, de todos os TARE'S e que eles sejam públicos, inclusive para a imprensa. Não tem motivo para alguém celebrar convênio com o Estado e isso ficar sob sigilo fiscal", resume o relator.



O Popular: 'Empresas que receberam benefícios fiscais só investiram 60% do previsto', aponta relatório da CPI

O relatório da CPI dos Incentivos Fiscais apontou que apenas 60% do volume de investimento projetado pelas empresas que receberam algum tipo de benefício fiscal no Estado foram cumpridos.

O levantamento considera dados de 455 CNPJs inscritos em quatro programas ou subprogramas de incentivos (Centroproduzir, Fomentar, Microproduzir e Produzir) e que passaram por auditorias de investimentos entre 2011 e 2018.

Segundo os números, com um volume de R\$ 88,5 bilhões em benefícios, essas empresas deveriam ter investido aproximadamente R\$ 9,5 bilhões no período analisado, mas as auditorias conseguiram comprovar somente R\$ 5,6 bilhões.

Dados da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC), que constam no relatório da CPI, mostram que a proporção seria ainda menor se considerado o volume total de investimento projetado ao longo dos anos, R\$ 82,2 bilhões. Em comparação com esse valor, a proporção cai para 6,9%.

Contudo, de acordo com o presidente executivo da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial Goiás), Edwal Portilho, o cálculo não é correto. "Isso não pode ser avaliado dessa forma, porque existem etapas de auditoria de investimentos e é preciso saber em qual estágio cada uma dessas empresas estava no momento da auditoria."

Embora mostre a quantidade de auditorias feitas ao longo dos anos - 622 -, o relatório não discrimina os nomes das empresas auditadas, o que dificulta a análise. O ano com a maior quantidade de auditorias foi 2011, com 89; em 2019, foram 68, até novembro.

Segundo o relator Humberto Aidar, a não divulgação dos nomes das empresas se dá por uma questão jurídica. "Seguimos orientação da procuradoria da Assembleia e do próprio **Tribunal de Contas do Estado**, para que a gente não ocorra em crime, visto que as empresas têm sigilo fiscal. Porém, isso poderá ser tornado público pelo Ministério Público." Cabe ao MP-GO pedir a quebra de sigilo à Justiça.

Em coletiva de imprensa, após a leitura do relatório, Humberto Aidar chegou a afirmar que o procurador-geral de Justiça, Aylton Flávio Vechi, instalaria força tarefa para apurar casos previamente investigados pela CPI e, assim, tomar as medidas legais necessárias. A reportagem questionou o Ministério Público de Goiás (MP-GO). Em nota, o órgão diz que "aguarda o envio do relatório da CPI dos Incentivos Fiscais para tomar as medidas cabíveis."

DIÁRIO DA MANHÃ (11/03)



'Ampliação do fomento às artes e elevação da verba para cultura'

Ampliação das fontes de fomento às artes e espetáculos, com a elevação do percentual do orçamento anual destinado à cultura, além da contemplação da diversidade de raça e gênero nos projetos em andamento, como o Prosa e Verso, Goiânia Canto de Ouro, assim como dar uma dimensão internacional ao Festival de Cinema de Goiânia, o Festcine. É o que deveria conter uma plataforma de Governo Municipal contemporânea da modernidade, afirma José Sebba Júnior. Ex-secretário de Estado de Ação Social e Trabalho, ex-prefeito de Montividiu do Norte, ex-secretário de Planejamento do Paço Municipal, ex-secretário particular da presidência da Assembleia Legislativa do Estado e ex-chefe de gabinete do **Tribunal de Contas do Estado [TCE-GO]**, ele apresenta propostas para a vereadora Cristina Lopes em outubro de 2020.

O gestor defende a efetuação, pós-2021, de investimentos públicos e privados em VLTs, BRTs e metrô. Mais: a integração das linhas inteligentes de ônibus dos 17 municípios que compõem a Região Metropolitana da Capital. Com espaços em abundância para a construção de dezenas de cicloviárias, pontua. A ideia é desestimular o uso do carro individual, reduzir a emissão de gases tóxicos, preservar o meio ambiente e garantir qualidade de vida à população, explica, animado, o pesquisador. As suas referências são Amsterdã, capital da Holanda, e Estocolmo, a principal metrópole da Suécia, no Velho Mundo. As mudanças climáticas constituem o efeito das atividades predatórias do homem contra a natureza, como aponta Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos das Américas [EUA], diz. Tempos de modernidade líquida, analisa.

Feminista, de linhagem socialdemocrata, José Sebba Júnior lembra que Goiás aparece, hoje, no ranking nacional, como o segundo Estado em violência contra a mulher. A violência urbana deve ser enfrentada, sim, pelo Poder Público Municipal, insiste. A Guarda Civil Metropolitana precisa adotar os cânones da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, dispara. Os CMEIs devem ser instalados em múltiplas regiões do município, diz. Tolerância zero com a alegação de falta de vagas nas escolas da rede de ensino, atira. Parques e bosques, avenidas e praças com flores do Cerrado, o bioma do Centro-Oeste, com Cristina Lopes chegarão aos bolsões periféricos, frisa. A adoção de políticas públicas para cultivar o empreendedorismo, a qualificação da mão de obra e o fim do desemprego estão na pauta, fuzila.



Caiado prepara ações emergenciais em Goiás

CORONAVÍRUS Governador fala em usar Hospital do Servidor Público como exclusivo para casos confirmados e se preocupa com aglomerações em transporte público e comércio

Mariana Carneiro
mariana.carneiro@opopular.com.br

Vandré Abreu
vandre.abreu@opopular.com.br

Silvana Bittencourt
silvana.bittencourt@opopular.com.br

Para enfrentar o avanço do novo coronavírus em Goiás, o governador Ronaldo Caiado (DEM) deve adotar uma série de medidas emergenciais nos próximos dias, entre elas usar o Hospital do Servidor Público, ainda a ser inaugurado, exclusivamente para internação de eventuais pacientes que tiverem a suspeita de contaminação confirmada e a intercalação de horários do funcionamento público para evitar aglomerações principalmente no transporte público.

Estas e outras medidas foram discutidas durante uma série de reuniões com representantes de órgãos públicos estaduais e municipais e de entidades civis na tarde de ontem no Palácio Pedro Ludovico Teixeira. Os encontros foram marcados de urgência após a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciar a mudança da classificação da doença para pandemia, que significa que o vírus pode chegar em todos os continentes do mundo.

Caiado manifestou, no encontro, grande preocupação com os presídios, transporte coletivo e centros de compra de grande aglomeração. Grandes eventos, principalmente os internacionais, podem ser cancelados, e há a proposta para uma rotina de higienização dos ônibus após o fim de viagens.

Na reunião, foi criado um comitê de gestão e administração do coronavírus em Goiás, que ficará responsável por examinar as diferentes campanhas a serem divulgadas, para garantir uma linguagem única. O comitê terá como principal missão,



Grupo aguarda para subir ao 10º andar do Palácio Pedro Ludovico para reunião com o governador Ronaldo Caiado

portanto, cuidar da comunicação para garantir ampla conscientização sobre medidas de higiene para a população.

De acordo com o que foi repassado pelo governador aos participantes da reunião, que incluiu secretarias e órgãos voltados ao atendimento público, como saúde, educação, segurança pública e transportes, o número de casos da gripe deve aumentar consideravelmente nos próximos 14 dias no País e chegando a Goiás.

É esperado por autoridades da saúde que se tenha casos confirmados no Estado neste período de duas semanas.

HOSPITAL EXCLUSIVO
A proposta do governo, conforme O POPULAR apurou, é

equipar em caráter de urgência o Hospital do Servidor Público - cujas obras haviam sido retomadas pelo governo estadual em julho - com aparelhos de respiração e utilizá-lo para isolamento dos portadores do vírus que necessitem de hospitalização em seus mais de 200 leitos.

O Estado pode receber do Ministério da Saúde o valor de 2 reais per capita a serem destinados à contenção da pandemia e atendimento de pacientes, o que somaria cerca de R\$ 14 milhões.

CARTILHA
O governo esclareceu que está elaborando uma cartilha com os modos de prevenção ao contágio para ser repassado ao público e de atuação dos órgãos e

autoridades em como agir na situação de pandemia.

De acordo com participantes da reunião ouvidos pelo POPULAR, o tom da fala do governador foi de alerta e precaução com o que pode ocorrer a partir de agora.

Eles afirmaram que embora sereno, o governador mostrou preocupação, pediu colaboração e cogitou uma série de medidas, entre elas escalonamento de horários no transporte público para evitar aglomerações e recomendou cuidados com higiene em hospitais, presídios e outros prédios públicos.

Na reunião com representantes do setor produtivo, o grupo foi estimulado a estudar medidas semelhantes ao que serão adotados pelo poder público,

Estado tem 17 casos suspeitos e nenhuma confirmação

Goiás tem 17 casos suspeitos do novo coronavírus. O número foi divulgado pelo Ministério da Saúde nesta quarta-feira (10), e confirmado pela Secretaria Estadual de Saúde de Goiás (SES-GO). O número saltou desde terça-feira (10), quando existiam apenas dois casos. A SES-GO informou ainda que todos os 17 casos suspeitos já tiveram material recolhido para a realização do exame no Laboratório de Saúde Pública Dr. Giovanni Cyraneiros (Lacen Goiás). Os resultados devem sair em até 72 horas. Goiás segue sem nenhum caso confirmado da doença e outros 26 casos já foram descartados.

BEBÊ
Um dos casos em investigação é de uma bebê de um ano de vida, que vive em Portugal e foi transferida de Ceres para o Hospital de Doenças Tropicais (HD1), em Goiânia. Ela estava em avaliação para verificar se atende aos critérios de definição de caso suspeito pelo novo coronavírus. A informação foi divulgada pela SES-GO, na manhã desta quarta-feira (11). A pasta não informou se o caso está entre os 17 suspeitos. A menina, que nasceu no país europeu, chegou ao Brasil no último dia 25 com a família e estava na cidade goiana para visitar os avós. Heloiza Dias Lago, coordenadora de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Ceres, diz que a criança apresenta, no dia 6, um quadro de gripe comum, com febre, tosse, coriza e dificuldades para se alimentar.

Medidas viriam após cartilha

Até o momento, não foi decretado pelo governador Ronaldo Caiado qualquer mudança no modo de atuação, o que só deverá ocorrer a partir da finalização da cartilha que o governo está elaborando e com a expansão do número de casos confirma-

dos pelo País. Nem Caiado nem outra autoridade do Estado se pronunciou oficialmente sobre o que ficou decidido nas reuniões desta quarta-feira. A expectativa é que nesta quinta-feira sejam divulgadas as medidas e protocolos discutidos.

O clima durante os encontros, que se estenderam até as 20h era de tensão. A reportagem tentou entrevistar algumas autoridades que estiveram presentes, porém todas elas informaram que estavam proibidas de dar qualquer declaração

e ficaram acompanhadas de assessores do governo.

Foram três reuniões. A primeira foi com um grupo de representantes da Indústria, e presencialmente a dois hospitais. A segunda foi com os órgãos públicos e participaram membros do

Tribunal de Contas do Estado, da Segurança Pública, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa. A última foi com representantes do transporte público coletivo metropolitano, Intermunicipal e Interdistrital.

Número de casos no Brasil sobe para 52, diz Ministério

Subiu para 52 o número de casos confirmados de coronavírus no Brasil, segundo informações do Ministério da Saúde. Também são monitorados 907 casos suspeitos e outros 935 foram descartados. São Paulo lidera o número de infectados, com 30 casos. O Rio de Janeiro vem em seguida, com 13. Outros Estados que confirmaram infecção pelo vírus são Rio Grande do Sul (2), Distrito Federal (2), Bahia (2), Alagoas (1), Minas Gerais (1) e Espírito Santo (1).

Para o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, a Organização Mundial de Saúde (OMS) demorou a reconhecer o cenário de pandemia pelo novo coronavírus. "Teimaram comigo. Falei: é uma pandemia, e desde a semana passada o Brasil já trata como pandemia. Se você tem uma transmissão sustentada em tantos países, como vou ficar procurando país por país, quem veio de onde? Isso pelo menos três semanas atrás já era impraticável pelos sistemas de saúde", afirmou.

Segundo ele, com a declaração de pandemia, a ideia é que o país passe a usar como critério

para identificar casos a ocorrência de sintomas histórico de viagens internacionais, além do contato com casos confirmados. "Ainda estou na fase em que não tenho tecnicamente transmissão sustentada no Brasil. Mas o mundo já tem. As pessoas que chegarem de qualquer lugar do mundo que tiverem tosse, febre, gripe, já podem ser considerados casos suspeitos".

Até então, o Brasil considerava para essa análise a ocorrência de febre e outros sintomas e histórico de viagem a países da América do Norte, Europa e Ásia, além de Equador, Argentina e Austrália. Agora, todos os países entram na lista.

Questionado ao chegar a uma audiência na Câmara dos Deputados se deve haver mudança na orientação à população sobre transporte público e eventos, o ministro negou. "Vocês tem metrô funcionando, ônibus funcionando, estádio de futebol funcionando. Cada estado vai fazer sua ponderação no momento certo".

Segundo ele, ainda é preciso ver como o vírus vai se comportar e quais impactos terá no Bra-

sil. "Uma coisa é você administrar a Itália, que vai dali até aqui, é menor que Goiás. Nós somos um continente. Vai ser natural que tenhamos estados em diferentes momentos", disse.

BOLSONARO
Entretanto, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou também nesta quarta-feira (11) que "outras gripes" mataram mais do que o coronavírus. "Vou ligar para o [ministro da Saúde, Luiz Henrique] Mandetta. Eu não sou médico, não sou infectologista. O que eu ouvi até o momento outras gripes mataram mais do que esta", declarou Bolsonaro, no Palácio da Alvorada. Ao ser questionado sobre a decisão da OMS, Bolsonaro disse "nível máximo".

Em declarações anteriores, Bolsonaro disse que o vírus estava sendo "superdimensionado". "Durante o ano que se passou, obviamente, temos momentos de crise. Muito do que tem ali é muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propaga", disse no dia 10 em viagem aos EUA. (Folhapress)

Weintraub sugere aulas remotas

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, publicou vídeo nas redes sociais nesta quarta-feira (11) em que sugere a instituições de ensino se prepararem para atividades escolares a distância por causa do coronavírus. Para o ministro, é importante que escolas e faculdades pensem em um "cenário de contingência" e tenham prontos planos de aulas remotas e evitem eventos com aglomeração de pessoas. Ele também citou a possibilidade de alterações no período de férias.

"Uma cidade ou região que precise ter uma atenção mais especial que nós temos prontos planos de aulas remotas, você manda aulas para os alunos, disponibiliza o email, Youtube, Skype, Internet, para evitar aglomeração, evitar transmissão mais aguda do coronavírus", disse no vídeo.

Cabe a Estados, municípios e escolas e faculdades parciais redefinirem os calendários de aulas. As universidades federais também têm autonomia para tratar dessas questões. De acordo com Weintraub, o MEC está se preparando "sempre orientados pelo Ministério

da Saúde para, caso venha a acontecer qualquer coisa, os danos sejam os menores possíveis". O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, ponderou que a suspensão de aulas na educação básica pode agravar riscos para avós das crianças, público de risco mais elevado para a doença.

"Quando se fazem férias escolares ou suspensão de aula, essas crianças vão ficar com quem? Se for para colocar com os avós, vou contaminar aqueles que mais quero proteger, que são os idosos e os doentes crônicos", disse Mandetta nesta quarta em uma audiência na Câmara dos Deputados.

AULAS SUSPENSAS
No Distrito Federal, o governador Danielo Rocha, decretou a suspensão por cinco dias das aulas em escolas públicas e particulares e aglomerações como missas, eventos esportivos, shows e outras atividades que exijam alvará público para funcionamento. A medida deveria ser publicada no Diário Oficial e valerá a partir desta quinta-feira, dia 12, em todo o território distrital. (Folhapress e sites)